

Deslindando os caminhos das pesquisas sobre história das mulheres e de gênero na produção historiográfica em Goiás (1990-2006)

Rogério Chaves da Silva

Instituto Federal Goiano
Hidrolândia - Goiás - Brasil
rcmabr@gmail.com

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Universidade Federal de Goiás
Goiânia - Goiás - Brasil
hanaakif@hotmail.com

Resumo: O presente artigo consiste em uma análise acerca das pesquisas sobre história das mulheres e de gênero produzidas na historiografia regional em Goiás entre os anos de 1996 e 2006. Nossa fonte de pesquisa consiste da produção historiográfica elaborada no interior do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal de Goiás, por meio da qual elaboramos um estudo dedicado, especificamente, aos trabalhos sobre história das mulheres e de gênero que foram feitos no mencionado programa. Acreditamos que a importância desta análise reside no escrutínio da produção historiográfica em torno de uma temática extremamente atual e com grande vitalidade nos meios acadêmicos.

Palavras-chave: História das Mulheres. Gênero. Historiografia. Goiás.

O presente artigo consiste em uma análise acerca das pesquisas sobre história das mulheres e de gênero que surgiram na produção historiográfica em Goiás, sobretudo, no Programa de Pós-Graduação em História¹ da Universidade Federal de Goiás, durante o período de 1990 a 2006. Este estudo reflete sobre a importância que tais categorias adquiriram para a análise histórica e, do mesmo modo, esquadriña os elementos teórico-metodológicos subjacentes às pesquisas em questão

¹ O atual Programa de Pós-Graduação em História da UFG foi criado em 1972 e até o ano de 1980 tinha como área de concentração História do Brasil (*lato sensu*). A partir de 1980, definiu-se uma nova área de concentração, ocasionando uma nova denominação: Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Tal nomenclatura permaneceu até o ano de 2003, quando foi criado o curso de doutorado, passando assim a ser o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História. Trata-se de um dos mais antigos Programas de Pós-Graduação em História do país. De 1972 até 2007 foi o único Mestrado em História existente no estado, por isso se constituiu em um dos mais importantes lócus de produção historiográfica em Goiás. Apenas em 2007 foi criado o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Goiás (hoje PUC/Goiás).

Após mapear, inventariar e, especialmente, iniciar a análise dessas investigações, constatamos que, para a elaboração de um artigo com essa proposta, algumas escolhas seriam inevitáveis. Por conseguinte, para não tornar nossa tarefa impraticável analiticamente, não trouxemos para o bojo dessa reflexão as monografias de graduação e de especialização confeccionadas sobre esse tema no estado, dedicando-nos somente à apreciação dos trabalhos realizados em âmbito da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, até porque são pesquisas que, em sua maioria, apresentam maior investimento intelectual. Considerando também que, até o ano de 2006, em Goiás, nenhuma tese de doutorado em história havia sido defendida, nossa análise se assenta nas dissertações de mestrado produzidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFG nesse período delimitado.

As razões que presidiram a escolha desses limites temporais, no entanto, reclamam elucidacões. Em 1990, foi defendida a primeira dissertação de mestrado do referido Programa que tratou, especificamente, do tema história das mulheres, o que foi um marco para a historiografia regional. Já a decisão por encerrar a análise com trabalhos defendidos em 2006 se deve aos seguintes motivos: a partir de 2007, além da criação do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/Goiás, é notório o crescimento das investigações que se debruçaram sobre esse campo de pesquisa em questão. A partir de uma aproximação com as propostas da história cultural, é visível que outras temáticas, perspectivas e fontes sobre essas temáticas (mulheres e gênero) foram irrompendo: as representações e o imaginário feminino, as identidades, a homossexualidade, as subjetividades, as sociabilidades, além de outros recortes temporais (a Antiguidade e a Idade Média) e espaciais (Europa e Caribe, por exemplo). A inclusão dessas novas pesquisas e o exame desses novos elementos historiográficos ampliaria, sobremaneira, essa análise para as dimensões requeridas para esse artigo, portanto, resolvemos que tais elementos seriam abordados em um texto futuro.

Embora não seja viável, nesse estudo, um extenso trabalho de debate historiográfico sobre as categorias de análise “mulher” e “gênero”, pontuaremos alguns marcos² que tornaram estes termos categorias analíticas nas ciências humanas, em especial na História. A crescente preocupação feminista com as diferenças e desigualdades sociais, políticas e econômicas em meados do século XX resultou em um amplo debate acadêmico na qual se discutia o apagamento da mulher e da participação feminina na História. Fruto desses debates foi o surgimento de trabalhos que buscavam “resgatar” – nos moldes da historiografia clássica de grandes heróis e grandes feitos – as grandes mulheres ao longo

² Sobre este assunto ver: PEDRO, 2005, p. 77-98.

dos tempos. Além disso, começaram a surgir trabalhos que pensavam a participação feminina no âmbito do trabalho.

Mas os debates continuavam. A compreensão de que “mulher” não é um termo que contempla todas as clivagens possíveis para os femininos existentes – ou seja, a noção de que existem diferenças dentro da diferença – criou uma cisão na unicidade da categoria “mulher” transformando-se na noção de “mulheres”. As investigações a partir desta perspectiva buscaram perceber como determinados grupos específicos de mulheres existiram e atuaram nos contextos históricos. Ainda assim, o debate aprofundou-se no caminho de contestar uma História que não pensasse de maneira relacional as questões das diferenças entre os femininos e os masculinos existentes na sociedade.

Joan Scott (1990), em um artigo considerado pioneiro sobre o termo gênero – tal como ele é hoje compreendido – aponta que gênero é a divisão primária de diferenças pelas quais os sujeitos são submetidos em sociedade. Os estudos de gênero na História, desta maneira, vão buscar pensar nas construções sociais do masculino e do feminino historicamente. A partir daí, surgiram também análises que pluralizam as diferenças identificando diversos sentidos e significados políticos, sociais, econômicos e culturais de masculinos e femininos ao longo dos tempos e das sociedades.

Os debates sobre os usos do gênero são ainda intensos e demonstram a profunda vitalidade do termo para a historiografia. A partir das questões de gênero novas temáticas, tais como corpo, afetividades, desejos, envelhecimento e beleza foram sendo colocadas como parte dos estudos históricos. Neste artigo buscamos, portanto, pensar em como tais debates influenciaram na produção historiográfica em Goiás e de que maneira estas categorias e noções foram apropriadas nas pesquisas que nos debruçamos.

Iniciando esse labor analítico, encetamos com a dissertação de mestrado de Maria Lúcia V. Tomazini, “Mulher Gari: história e memória da força de trabalho feminina – Goiânia (1979-1988)”, defendida em 1990. Objetivando elaborar um estudo sobre a mulher trabalhadora em Goiás, a autora focalizou sua investigação nas varredoras de ruas de Goiânia, conhecidas, popularmente, como “garis”³. No intento de demonstrar a especificidade que envolvia a mulher no interior da classe trabalhadora, Tomazini ressaltou que “a gari” se deparava com uma discriminação de duplo caráter: de classe (no sentido do estereótipo social de inferioridade destinado ao trabalho de varrição de rua, a “lixreira”) e de sexo (concernente a um mercado de trabalho sexualizado).

³ É preciso salientar, entretanto, que, no decorrer do texto, a autora utiliza o termo “mulher gari” sempre no singular.

Analisando o trabalho da mulher sob o modo de produção capitalista no Brasil e em Goiás, Tomazini afirmou que o modo de produção capitalista não representou a gênese do processo de dominação “de classe e de sexo”, mas o intensificou. Investindo no esquadramento da relação entre os sistemas patriarcal e capitalista, a autora acentuou que o capitalismo se apropriou da ideologia patriarcal, expressa na diferenciação de caráter biológico dos trabalhos feminino e masculino, para a subjugação de segmentos sociais com vistas ao favorecimento da dinâmica do capital. Em países periféricos, essa dinâmica viabilizou a existência de grupos sociais inferiorizados não só para aliviar as tensões engendradas pelo desemprego estrutural, constituindo uma reserva potencial de força de trabalho, como também para possibilitar a remuneração desigual e causar cisões no bojo da classe trabalhadora. O capitalismo, então, aproveitou-se das relações desiguais colocadas pelo sistema patriarcal para reproduzi-la na atividade produtiva. Dessa forma, utilizou-se da mulher seja como geradora de valores de uso (com seus afazeres domésticos) ou como força de trabalho potencial, pressionadora de níveis salariais.

Quando a mulher foi integrada na produção social, a mesma se viu diante de um mundo do trabalho hierarquizado e sexualizado que discriminou a mão-de-obra feminina: seja recebendo inferior remuneração, praticando dupla e até tripla jornada de trabalho (dividida entre o trabalho remunerado e os afazeres domésticos), seja como alvo de estigmas de cunho biológico e social, enfim, subalternizando o trabalho feminino.

Segundo a autora, a “mulher gari” se constituiu em uma “trabalhadora-síntese” (TOMAZINI, 1990, p. 25), pois, a partir dela, é possível compreender a trajetória de grande parte da força de trabalho feminina que se alocou no setor terciário no estado de Goiás. A experiência da “mulher gari” espelhou um processo enfrentado por várias trabalhadoras que tinham uma origem rural. Isso porque, após 1970, com o processo de modernização no campo, houve uma retração da população rural e a consequente liberação de mão-de-obra do setor primário. Desse modo, a capital do estado (Goiânia) foi alvo de uma intensa migração rural-urbana. Por não apresentar um desenvolvimento industrial de grande monta, capaz de absorver essa mão-de-obra, Goiânia experimentou uma hipertrofia de seu setor terciário. Nesse contexto, muitas mulheres, advindas do campo, acabaram ocupando empregos de menor prestígio e remuneração, como foi o caso da atividade de varrição de ruas, que se constituiu em um “trabalho tipicamente feminino” na medida em que era tratado como um prolongamento dos afazeres domésticos.

É importante ressaltar que, nessa investigação, Tomazini operou, fundamentalmente, com perspectivas teóricas oriundas do marxismo⁴. Nesse sentido, a concepção de classe constituiu-se em um fio condutor que permeou toda a análise da autora. Trata-se, portanto, de um estudo que aborda a “história” e a “memória” da “mulher gari”, mas fortemente entrecortado pela preocupação em demonstrar as particularidades da força de trabalho dessa mulher no interior da classe trabalhadora. Isso fica muito evidente quando observamos o direcionamento dado pela autora às entrevistas feitas com os gestores das empresas de limpeza urbana e com os dirigentes sindicais. É preciso assinalar, por derradeiro, que a categoria “gênero” ainda não estava colocada para a pesquisadora em questão⁵.

Por fim, não podemos deixar de registrar, porém, o caráter precursor dessa investigação, a primeira pesquisa, no âmbito da pós-graduação *Stricto Sensu* em História, que se preocupou em, efetivamente, dar voz as mulheres, até então silenciadas pela historiografia de/em Goiás. Além disso, a investigação de Tomazini muito nos revela sobre o próprio panorama da produção historiográfica em Goiás naquele período. Ainda marcadas por uma forte presença de referenciais teóricos marxistas, as pesquisas históricas no estado, no início dos anos 1990, começavam a absorver novos elementos historiográficos que envolviam debates sobre memória, cotidiano, mentalidades e história das mulheres.

Outro trabalho produzido nessa mesma década foi o de Maria José G. Bittar, intitulado “As Três Faces de Eva na Cidade de Goiás” (1997). Nessa pesquisa, a autora apurou os papéis sociais desempenhados pela mulher em diferentes momentos da história da Cidade de Goiás. Na perspectiva de Bittar, as diferentes identidades sociais vivenciadas pela mulher vilaboense⁶, em determinados momentos da história da cidade, foram engendradas por certas condições de ordem econômica, social e cultural ocorridas em Goiás. Apoiando-se na concepção de tipo ideal de Max Weber, a autora afirmou que essas identidades se revelaram em papéis sociais como os de “concubina”, “matriarca” e “intelectual”. A primeira predominou desde o início do povoamento até as primeiras décadas do XIX; a “matriarca” prevaleceu durante o século XIX; e a identidade da “mulher

⁴ Para Matos (1997), com a emergência do tema “história das mulheres”, muitas pesquisas privilegiaram questões atinentes ao trabalho feminino. Essa maior visibilidade ao mundo do trabalho deve-se a uma vinculação inicial dessas investigações com a tradição marxista.

⁵ As especialistas, em sua maioria, assinalam o início dos anos 1990 como marco da absorção, pela História, da categoria gênero no Brasil, sobretudo, a partir da repercussão do texto de Joan Scott intitulado “Gênero: uma categoria útil da análise histórica”. Sobre essa recepção ver Moraes (1998), Pedro (2008) e Possas (2008). Como o trabalho de Tomazini foi defendido em 1990, provavelmente, àquela época, ainda não havia se inteirado desse debate.

⁶ A região, logo após a descoberta das minas, foi, primeiramente, denominada de Arraial de Sant’anna. Posteriormente, foi transformada em Vila Boa de Goiás, local que, por sua vez foi elevada a foros de cidade, a Cidade de Goiás, em 1818. Daí a denominação “vilaboense” para as mulheres da localidade.

intelectual” surgiu em fins do século XIX e se prolongou pelas primeiras décadas do XX. A autora ressaltou que uma nova identidade social vivida pela mulher vilaboense não significava o abandono por completo daquela já vivenciada, pois aspectos de permanência também puderam ser observados.

A primeira identidade social vivenciada pela mulher vilaboense foi a de “concubina”. Segundo Bittar, a forma como se deu o povoamento do Arraial de Santana por meio da empresa mineradora, a ocupação volátil, a questão do isolamento, as dificuldades materiais e a própria ausência de fiscalização normatizadora da Igreja foram elementos que concorreram para a proliferação do concubinato. Os homens que adentraram o sertão dos índios Goyazes vieram acompanhados de poucas escravas negras e raríssimos foram os casos em que trouxeram suas esposas brancas. O concubinato com negras e índias, então, dominou os relacionamentos vividos pelos exploradores na região.

Na transição do século XVIII para o XIX, um novo tipo de identidade social feminino emergiu: a “matriarca”, que exerceu autoridade preponderante na família. Nessa passagem de século, a mulher passou do papel de “simples fêmea” (em que vivenciava uma identidade definida pelo condicionamento sexual) para aquele em que desempenhava grande importância na sobrevivência da família por meio dos trabalhos domésticos. A decadência da mineração e o predomínio da economia de subsistência contribuíram para o delineamento dessa nova atribuição da mulher. Ademais, com a chegada de famílias brancas constituídas de pessoas casadas e com uma atividade econômica alicerçada em bases sociais mais estáveis a partir da agropecuária, a família legalmente constituída e costumes mais conservadores começaram a se impor como valores sociais a serem seguidos.

Na sequência de sua argumentação, Bittar afirmou que a efervescência cultural (jornalismo, teatro, saraus literários e musicais), o desenvolvimento de escolas femininas, a introspecção própria do isolamento e a convivência com rapazes que estudaram fora de Goiás foram fatores que, em fins do século XIX e início do XX, favoreceram a formação de novos espaços para a mulher vilaboense, que passou a se destacar, também, no papel de intelectual.

Fixando seu trabalho na atmosfera reflexiva das relações de gênero, Bittar afirmou que “qualquer informação sobre a experiência histórica feminina se encontra intrinsecamente relacionada com a informação sobre a experiência histórica masculina que lhe é correspondente” (BITTAR, 1997, p. 11). Alicerçando sua análise na categoria de gênero, fica visível a preocupação da autora em localizar os discursos femininos e masculinos contidos na imprensa escrita das três primeiras décadas do século XX. Interpretando matérias do jornal “O Lar”, um periódico editado por mulheres, Bittar captou

a forma como algumas “vilaboenses” registraram a realidade, bem como os aspectos socioeconômicos e políticos vivenciados pelas mesmas. Consultando alguns números do jornal “Voz do Povo”, a autora procurou focalizar o olhar masculino sobre as mulheres de Vila Boa nesse período.

Bittar ainda abordou dois aspectos importantes no que se refere às discussões que estavam sendo promovidas no cenário historiográfico em Goiás nos anos 1990: o debate acerca da relação da mulher com os espaços privado e público e a revisão de algumas perspectivas de clássicos trabalhos da historiografia no estado⁷. Confrontando, permanentemente, com a versão contida nos relatos dos viajantes europeus do século XIX, a autora ressaltou que a Cidade de Goiás, de modo peculiar, sempre valorizou a mulher e que as depreciações produzidas sobre a mesma foram fruto do olhar desses viajantes que passaram por Goiás no XIX.

A historiadora ressaltou, ao fim, que buscou evitar a perspectiva calcada na oposição entre dominação masculina *versus* opressiva feminina e, por conseguinte, enxergou mais cumplicidade e amizade do que opressão entre homem e mulher nos diversos momentos da história da Cidade de Goiás. Além disso, almejou romper com os estereótipos da reclusão, castidade, pureza e da exacerbada religiosidade que foram consagrados pela historiografia quando o tema é história das mulheres. Por isso, conferiu maior visibilidade às “faces de Eva” do que propriamente ao papel de “santas-mãezinhas” quando analisou as “mulheres vilaboenses”.

Já em princípios do século XXI, Maria Meire de Carvalho (2001) defendeu a dissertação intitulada “A invenção das “vivandeiras”: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada”. Nessa pesquisa, a autora buscou analisar a história das mulheres que vivenciaram a Coluna Prestes. Para tal empreitada, esquadrinhou seus papéis e experiências no decorrer da marcha, desvelando a construção da memória, os silêncios, os discursos e as representações construídas sobre essas mulheres que participaram da marcha. Ressaltando que não se tratava de um estudo sobre a história da Coluna Prestes, Carvalho analisou a incorporação, permanência e a atuação das mulheres que fizeram parte da Coluna, na tentativa de rever a invisibilidade histórica que se impôs a experiências das mulheres que estiveram nesse movimento. A pesquisadora observou que vários trabalhos foram publicados sobre a Coluna, inclusive fazendo referência à participação feminina no movimento, no entanto, nenhuma pesquisa (até àquela época) havia estudado, detidamente,

⁷ Seguindo uma perspectiva historiográfica revisionista, Bittar chamou a atenção para o “olhar europeizante” lançado sobre a realidade goiana pelos viajantes europeus que visitaram Goiás no século XIX, dentre eles Saint Hilaire.

a atuação desse grupo de mulheres (aproximadamente cinquenta) que acompanharam a marcha rebelde pelo interior do Brasil.

Carvalho afirmou que, já no princípio da marcha, houve a incorporação de mulheres ao movimento. No entanto, essa presença, segundo as fontes pesquisadas, constituía-se em um incômodo aos líderes da Coluna, pois, agarrados ao formalismo militar, não queriam mulheres no interior da marcha. A autora revelou ainda que, para compreender algumas relações estabelecidas entre os integrantes da Coluna e essas mulheres, foi preciso atentar-se para o fato de que as formas de pensar e a postura desses militares apresentam resquícios de uma educação de modelo positivista e de valores concernentes a uma sociedade extremamente preconceituosa em relação a atuação feminina fora do universo doméstico.

Carvalho analisou os fundamentos do pensamento positivista, sobretudo, em seu discurso que formalizou imagens idealizadas da mulher como a de rainha do lar, anjo tutelar, mulher virtuosa, capaz de ser boa esposa, mãe e educadora. A partir desse ideário positivista, presente no imaginário dos líderes militares da Coluna, é que, para a autora, foi forjado, no diário da marcha, o termo “vivandeiras”, usado para se referir às mulheres que participaram da jornada. A etimologia do vocábulo, segundo a mesma, assenta-se em um termo francês, *vivandière*, utilizado para designar as mulheres que acompanhavam os exércitos em marcha vendendo víveres com as tropas. Para ela, o termo, geralmente, foi utilizado de forma pejorativa, pois “vivandeira é a mulher que aproveita das ocasiões de guerra para vender o corpo” (CARVALHO, 2001, p. 66). No caso da Coluna Prestes, a designação “vivandeiras”, na percepção da autora, reduziu, camuflou e diminuiu, de certa maneira, a atuação e os papéis desempenhados pelas mulheres na Coluna, tendo em vista “[...] que estes [papéis] foram convergindo pela memória masculina em esquecimento, já que, admitir a presença de mulheres numa marcha militar, afetava o rigor e a seriedade do movimento” (CARVALHO, 2001, p. 67).

Segundo a pesquisadora, o termo “vivandeiras” foi “inventado” por Lourenço Moreira Lima⁸ para justificar a presença das mulheres na marcha, generalizando seus papéis e, assim, minimizando a importância das mulheres que acompanharam a marcha. Referindo-se continuamente a elas como “vivandeiras”, Lima produziu um discurso que, ao mesmo tempo, incluía e excluía, pois, as mulheres estavam presentes fisicamente, mas ausentes como sujeitos que participaram ativamente do movimento. Nesse sentido, a representação,

⁸ Lourenço Moreira Lima serviu na Coluna Prestes como Capitão do Estado-Maior, exercendo as funções de secretário e de comandante do 4º Destacamento. Dirigiu também o jornal revolucionário “O combate”, órgão de divulgação dos objetivos do movimento. Carvalho (2001) considerou Moreira Lima como “guardião da memória” acerca da história da Coluna, pois foi o responsável por registrar o diário da marcha.

de certa forma, romântica e generalizadora das “vivandeiras”, mulheres “heroínas e abnegadas”, revelava que a presença delas numa marcha militar até poderia ser mencionada, no entanto, a pluralidade de seus papéis deveria ser minimizada ou até silenciada.

Na concepção de Carvalho, Lourenço Moreira Lima acabou se constituindo em um “guardião da memória” no que se refere à história da Coluna Prestes, pois foi o responsável por registrar o diário da marcha, documento este que, além de influenciar outras memórias produzidas por ex-militantes, ainda hoje é muito utilizado como fonte histórica quando o tema é a história desse movimento rebelde. Portanto, na medida em que essa fonte histórica não é objeto de uma crítica arguciosa, acaba perpetuando o silêncio sobre a efetiva participação feminina na marcha. Isso fica evidente, segundo a autora, na postura de outros pesquisadores que investigaram a história da Coluna a partir do diário da marcha e que se apropriaram do termo “vivandeiras” sem nenhum questionamento, passando a reproduzir o discurso de Moreira Lima.

Com relação às experiências cotidianas das mulheres do movimento, Carvalho buscou demonstrar os variados papéis desempenhados pelas mulheres no interior da Coluna. Seja cuidando dos feridos, espionando, combatendo, cozinhando, estimulando a tropa, costurando, amortalhando os mortos, dando e recebendo amor, exercitando a maternidade, elas romperam com a representação de “mulher frágil” despreparada para enfrentar as privações do estado de beligerância. Além disso, a autora procurou contradizer os discursos que reduziram a participação dessas mulheres à condição de cozinheiras ou de prostitutas. Carvalho ainda esquadrinhou a participação dessas mulheres nos combates, abordou os relacionamentos que aconteceram com alguns companheiros, o exercício da sexualidade e da maternidade, as formas de lazer e a preocupação com a aparência pessoal e com o vestuário no decorrer da longa marcha. A autora também se deteve, de forma breve, às passagens da Coluna pelo estado de Goiás e as impressões que os militantes deixaram na memória de algumas pessoas que vivenciaram esse episódio da história brasileira. Finalizou com uma concisa narrativa sobre o exílio dos integrantes da Coluna Prestes na Bolívia.

Outra pesquisa feita no início da década (2003) foi a de Mônica de Paula Age, “As Parteiras na cidade de Goyaz (século XIX)”. Nesse trabalho, Age tencionou reconstruir a história das mulheres parteiras na Cidade de Goiás, desvelando suas experiências por meio de representações, memórias e discursos que foram produzidos sobre elas. Perscrutando um tema que, até então, não havia sido objeto de pesquisa na produção historiográfica regional, a autora buscou retirar da invisibilidade histórica atrizes sociais que, por muito tempo, foram responsáveis pela saúde das mulheres vilaboenses: as parteiras. Ademais, foram mulheres que fizeram parte da história da medicina no estado, que resistiram e

persistiram em suas práticas e técnicas, mesmo diante das tantas regulamentações. Esquivando-se das normas sociais colocadas, essas parteiras exerceram seus saberes e estabeleceram seus espaços de poder e sedimentaram laços de solidariedade feminina, todavia, demoraram a ser avistadas pela historiografia regional

Segundo a pesquisadora, na Cidade de Goiás oitocentista, a saúde feminina, a gravidez e o parto estavam envolvidos por uma constelação de símbolos tipicamente femininos que acabavam por criar laços de solidariedade entre as mulheres (enfermas ou parturientes) e as parteiras. Essas, que recebiam os saberes mediante a tradição familiar, se incumbiam da saúde das mulheres, tratando desde moléstias, “aparando” crianças e até auxiliando em abortos. Essa prática de recorrer às parteiras para o tratamento de enfermidades femininas persistiu por todo o século XIX na Cidade de Goiás.

A autora realçou ainda que, na primeira metade do século XIX, a preocupação com a higienização dos espaços públicos manifestava-se no discurso governamental, mas não apresentava ainda um corpo médico constituído. Alguns relatórios de presidentes de província, códigos de posturas, decretos e leis foram instituídos para tentar mudar o comportamento dos indivíduos com relação à salubridade dos espaços públicos. Não obstante, na segunda metade do século, o discurso médico-higienista também se incumbiu da função de normatizar os comportamentos sociais.

Com relação à saúde e ao corpo feminino, a pesquisadora sublinhou que, por estarem envoltos em segredos e cuidados típicos do imaginário social feminino da época, isso facilitava a atuação das parteiras em relação à saúde das mulheres. Entretanto, o saber médico se incomodava com o domínio das parteiras na “arte de partejar”. Nesse contexto, os discursos, não só o médico como também o oficial, proibiram a atuação de curandeiras, benzedoras e parteiras. Além disso, a normatização voltada para a família, que até então era monopólio da Igreja, passou a ganhar padronizações oriundas da ordem médica, inclusive disciplinando o comportamento feminino. Contudo, a escassez de profissionais da área médica contribuiu para que a população vilaboense, mesmo com as proibições, continuasse recorrendo a homens e mulheres que praticavam medicina popular. Embora o discurso médico e o oficial, segundo a autora, insistissem em desmoralizar as parteiras, a atuação delas na Cidade de Goiás durante o período imperial foi intensa. Atendendo desde gestantes pobres até mulheres da elite, as parteiras eram chamadas para “aparar crianças”. Na concepção de Age, além de preencher a carência de profissionais da saúde para realizar tal tarefa, as parteiras se constituíam em cúmplices dessas mães em um momento integralmente feminino.

Age constatou que, em geral, as parteiras eram mulheres pobres e negras e que desenvolviam outras atividades em suas casas para garantir o sustento da família. Quanto à idade para exercer o ofício, ressaltou que poderiam ser tanto mulheres jovens quanto mais velhas, as quais, em sua maioria, aprenderam com suas mães a arte de partejar. Acentuou também que, embora cobrassem pela maioria dos partos realizados, essa atividade não era economicamente rentável, no entanto, era “uma possibilidade de ganhar dinheiro para a sobrevivência, mesmo que fossem quantias irrisórias” (AGE, 2003, p. 42). Para além da questão econômica do ofício, essa prática envolvia a manutenção de laços de solidariedade feminina e certo trânsito social às mulheres parteiras.

Orientada pela categoria gênero, Age percebeu as relações de poder implícitas entre os gêneros, desmistificando discursos normativos que acobertavam conflitos existentes nas relações entre homens e mulheres. Neste sentido, concebeu “o corpo feminino como espaço de controle e punição” (AGE, 2003, p. 46), examinando as várias formas como as diferenças são “percebidas, reelaboradas e, de fato, (re)produzidas pelos sistemas de representação social” (AGE, 2003, p. 47). A associação, recorrente, do corpo feminino ao pecado engendrou a aplicação de institutos de punição e controle. Esse corpo, envolvido por inúmeros segredos que eram compartilhados pelas parteiras, benzedeadas e curandeiras, deveria ser submetido aos conhecimentos e aos *modus operandi* dos saberes médicos.

Além de procurar a normalização do corpo e do comportamento feminino, notadamente o das mulheres das classes baixas, que transitavam frequentemente no espaço público ameaçando a ordem, a ação oficial e religiosa também buscou eliminar as práticas e saberes considerados falsos, proibindo a atuação de curandeiros(as), benzedeadas(as) e parteiras. Entretanto, mesmo diante de tais regulamentações, as mulheres, sejam elas parturientes ou parteiras, sempre encontraram formas de resistir aos mandos masculinos e transgredir certas normas impostas. As parteiras, além de permanecerem no exercício da medicina popular, continuavam aparando crianças e também realizavam atividades consideradas criminosas, como auxiliar em práticas de aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido.

Registrando essas experiências, Age asseverou que sua intenção era a de desmistificar visões sedimentadas acerca da condição submissa⁹ e de fragilidade da mulher, além de evidenciar os laços de solidariedade feminina que existiam no passado. Deste modo, a pesquisadora tencionou não apresentar as parteiras de Goiás como “heroínas, sem

⁹ Segundo Soihet (1998), as historiadoras Michelle Perrot, Arlette Farge e Natalie Davis foram pioneiras nas abordagens que desmistificaram as concepções dominantes acerca da submissão e passividade feminina. No Brasil, ela destaca as análises de Maria Odila da S. Dias.

contradições, ou até mesmo canonizá-las, mas sim buscar a sua participação no processo histórico e de construção do saber médico acerca do corpo feminino, particularmente na arte de partejar” (AGE, 2003, p. 55).

Age recuperou determinados comportamentos individuais, práticas de medicina popular, exercícios de religiosidade, certas rivalidades, tensões e conflitos experimentados pelas parteiras, além de identificar determinadas nuances simbólicas que envolviam o trato do corpo feminino, em especial a gravidez e o parto. A autora também demonstrou que, no início do século XX, ainda havia resistências dos médicos da Cidade de Goiás em cuidar do corpo da mulher, tanto na área de ginecologia quanto de obstetrícia. Para a pesquisadora (AGE, 2003, p. 83), “isso evidencia a persistência simbólica do espaço dos rituais de nascimento como essencialmente feminino”.

Dedicando-se à análise das imagens das parteiras construídas no decorrer do século XIX, a autora localizou nos discursos masculinos eclesiásticos, literários e médicos a predominância de representações que classificavam as mulheres parteiras como ignorantes, desqualificadas e criminosas. Eram construções que estavam relacionadas aos padrões morais estabelecidos sobre as mulheres e o corpo feminino no oitocentos. As imagens sedimentadas pela Igreja, na percepção de Age, eram ambíguas, pois, ao mesmo tempo em que apontavam para comportamentos inadequados, acabavam reconhecendo seu ofício ao permitir que ministrassem o sacramento do batismo em situações especiais, tais como a morte da mãe ou da criança.

No que se refere ao discurso médico do século XIX, a autora argumentou que tal discurso reforçou a criminalização do ofício das mulheres parteiras, sobretudo a prática daquelas que não buscaram nos saberes médicos os conhecimentos necessários para exercerem sua atividade. Ademais, o discurso médico serviu de sustentação ao discurso oficial na elaboração de formas de controle do corpo e das atitudes femininas. A pluralidade de práticas e representações que pertenciam, unicamente, ao universo feminino, incomodava os olhares masculinos, por isso, a necessidade de controle do corpo e a imposição de costumes moralizadores às mulheres. Daí a criação, muitas vezes, das imagens depreciativas das mulheres parteiras por parte dos discursos médico e oficial, além das várias tentativas de discipliná-las, regulamentando e controlando a arte de partejar. Age encerrou seu texto demonstrando que o gradativo processo de medicalização do parto colaborou para que as mulheres parteiras perdessem seu espaço, notadamente no decorrer do século XX.

Outro trabalho defendido no ano de 2003 e que se dedicou à temática ora discutida nesse artigo foi a dissertação de Mayra Rúbia Garcia, “A Princesa Infanta Joana (1452-1490)”. Diferentemente das outras pesquisas aqui analisadas, esta apresentou um forte

conteúdo biográfico e abarcou um período histórico distinto: a baixa Idade Média em Portugal. Estudando a vida da Princesa Infanta Joana, Garcia centrou sua análise na opção feita pela Princesa Jurada do Reino Português por uma vida reclusa em um mosteiro mendicante ao invés de se casar. Destarte, trata-se de uma personagem que, no entendimento da autora, desafiou os princípios gerais dos comportamentos estabelecidos para uma família real do baixo medievo.

A historiadora ressaltou, no início de sua dissertação, que “buscou-se construir uma história de gênero que rompe com a tradicional visão de que a mulher na Idade Média sempre foi conduzida pelo meio” (GARCIA, 2003, p. 10). Elegendo como principal fonte a “Crônica da Fundação e Memorial da Infanta Santa Joana”, atribuída à Margarida Pinheiro, religiosa coeva à Princesa no mosteiro, Garcia considerou esse documento como uma memória oficial construída acerca de D. Joana. Desta forma, as várias memórias elaboradas sobre a vida de D. Joana foram problematizadas pela historiadora, de modo que sua análise não fosse induzida pela versão romantizada da figura de uma santa da corte régia portuguesa, que predominou em alguns trabalhos literários e hagiográficos sobre a vida da princesa Joana.

Segundo a autora, nas circunstâncias em que seu pai, D. Afonso V, e seu irmão mais novo, D. João, ausentaram-se do reino, especialmente nas campanhas militares, ela, na condição de princesa, anunciava as boas novas aos principais homens de Portugal e até para as cortes estrangeiras. Foi em uma dessas ocasiões que a Infanta teria dito ao pai que se entregaria a vida claustral. Para Garcia, a decisão da princesa não se tratava de uma mera vontade de se entregar à vida religiosa, mas sim em uma atitude de transgressão: “Não deixava de ser um ato de rebeldia. [...] Aliás, a espiritualidade, sob essa perspectiva, pode ser vista como uma rebeldia feminina, pois a opção religiosa surge em contraposição à do casamento” (GARCIA, 2003, p. 49).

Partindo das diferentes versões apresentadas pelas crônicas acerca da opção de D. Joana pela vida claustral, Garcia analisou as políticas de casamento na Idade Média, mormente em seus aspectos religioso, sociocultural e político. Enfatizando este último aspecto, a autora ressaltou que D. João, irmão da princesa, várias vezes insistiu para que a irmã se casasse. O casamento de D. Joana seria uma forma de selar a paz e alianças entre reinos. O prestígio alcançado por Portugal em todo mundo ocidental cristão, sobretudo por suas conquistas ultramarinas, fazia da princesa uma donzela muito cobiçada para o casamento. Não obstante, Garcia afirmou que, mesmo diante de tanta pressão e várias propostas de matrimônio, D. Joana optou pela vida monacal.

Em seu diálogo com as fontes, a historiadora discordou dos cronistas régios com relação aos motivos que levaram a princesa decidir pela vida claustral. Para Garcia, os cronistas induziram a pensar que a entrada da mesma no Convento de Odivelas foi uma decisão tomada após sugestão do Conselho, que, preocupado com os dispêndios contraídos com as guerras na África, recomendou ao rei que cortasse gastos relacionados às despesas da Infanta em seus paços. D. Joana, então, teria sido obrigada pelo pai a se recolher na vida monástica para conservar-lhe a honra e cortar despesas do Reino. Criticando essa versão contida nessas crônicas, Garcia afirmou que a princesa se entregou à vida claustral por vontade própria.

A autora destacou, ainda, o conturbado episódio em que, por intercessão de D. Afonso V junto à priora do mosteiro de Jesus de Aveiro, a Princesa foi desligada, canonicamente, das obrigações claustrais. Impelida a não emitir votos solenes e públicos de religiosa dominicana, D. Joana viveu, constantemente, com a possibilidade de assumir o trono português caso o irmão viesse a faltar. Ainda assim, resistiu a sua condição política de Princesa, insistindo em continuar hospedada no mosteiro em companhia das outras religiosas e persistindo em não aceitar as propostas de casamento que continuavam sendo feitas.

Na concepção de Garcia, mesmo vivendo em um ambiente cortesão e apesar de ser uma princesa jurada, D. Joana manteve-se firme no propósito de se entregar à vida religiosa. Por conseguinte, “a construção da figura política de Princesa nunca foi dissociada da imagem religiosa de D. Joana” (GARCIA, 2003, p. 168). No interior do mosteiro viveu como uma religiosa, mas por ser uma Princesa Jurada, não pôde jurar votos solenes e públicos, pois o casamento sempre estivera como uma possibilidade. Mesmo na vida monástica, não seguiu “religiosamente” o estatuto da Ordem: escolheu cargos, decidiu pelo desembarque de navios, recebeu visitas, ou seja, praticou política no âmbito de um ambiente recluso, tornando o mosteiro uma espécie de extensão da Corte de Avis. Quando morreu, mesmo não sendo uma religiosa professa, foi sepultada com o hábito da Ordem de São Domingos. No entanto, seu enterro foi digno de uma Princesa Jurada do Reino Português, não o de uma simples religiosa. Em suma, quando viveu no ambiente cortesão, em nome da vida religiosa, resistiu às escolhas que lhe foram feitas por sua família e pela nobreza; quando se encerrou no ambiente monástico, por sua condição de Princesa Jurada, transgrediu várias Regras da Ordem religiosa a qual se entregou.

Em 2004, o historiador André Costa A. da Silva defendeu a dissertação intitulada “As fontes judiciais no estudo das mulheres transgressoras de Goiânia (1940-1960)”. Nessa investigação, Silva analisou alguns processos judiciais instaurados contra mulheres, no

intento de produzir um estudo sobre as transgressoras na cidade de Goiânia no período compreendido entre 1940 e 1960. Segundo o historiador, manuseou 1302 processos pertencentes à 1ª e 2ª Varas Criminais de Goiânia, sendo que em apenas 26 as mulheres figuraram como acusadas. A partir desses processos judiciais, o autor examinou as transgressões femininas mais praticadas nesse período, bem como as imagens difundidas sobre as mulheres que não obedeciam às leis vigentes. É importante ressaltar que a ênfase dada pelo pesquisador recaiu nas representações construídas pelos agentes públicos sobre as indiciadas consideradas prostitutas.

Nessa pesquisa, Silva procurou superar a perspectiva que considera a mulher como vítima em potencial ou como rebelde. Além disso, recorreu à categoria de gênero que, por sua característica relacional, contribuiu para que o estudo não estivesse encerrado numa oposição entre os sexos, mas assentado em uma perspectiva atenta às diferenças existentes no interior do próprio universo feminino e também entre os homens.

Considerando o período histórico abarcado, o pesquisador dedicou-se à análise das Escolas do Direito e do Código Penal Brasileiro de 1940, tendo em vista que os processos em questão se encontravam em um momento de transição do Código Penal anterior, de 1890, para o que vigia àquela época (de 1940). Destarte, as definições sobre crime, criminosos, culpabilidade, responsabilidade criminal estavam sombreadas pelo embate entre duas Escolas do Direito: a Clássica e a Positiva. No ponto de vista de Silva, ficou notório que o Código Penal Brasileiro de 1940 apresentava uma simbiose entre as duas doutrinas.

Tratando da complexidade de sua fonte histórica, o autor analisou as especificidades de um processo conforme o Código de Processo Penal Brasileiro (de 1941), na tentativa de delimitar os procedimentos e ritos que envolviam uma ação penal. Silva enfatizou que, no transcorrer do processo, a predominância do escrito sobre o oral, em que as falas de alguns sujeitos históricos eram intermediadas por uma “gramática jurídica”, acabou por produzir vários filtros que contribuiriam para o ocultamento desses sujeitos. Por conseguinte, o historiador foi incisivo ao acentuar que essa “[...] linguagem uniforme adotada e o modo que se deve proceder ao interrogatório e o registro do mesmo acabam por tirar quase toda a essência humana do processo. O que está em julgamento, na maioria das vezes, são os autos e não o ato em si” (SILVA, 2004, p. 37). Para ele, esse esvaecimento dos sujeitos pela linguagem jurídica consistiu no ponto nodal nesse trabalho com fontes judiciais.

Nas peças que compunham o processo, notadamente no inquérito policial (a parte mais robusta do processo), eram vários os sujeitos que interferiam, direta ou indiretamente,

no processo penal. Silva destacou três desses sujeitos: o delegado, o promotor e o advogado. Na perspectiva dele, apesar de o objetivo fundamental do processo fosse a apuração da verdade com relação ao fato que lhe deu origem, a interferência dos agentes públicos e do advogado demonstravam que a reconstituição do fato criminoso não tinha nada de imparcial. Isso porque eram eles que estabeleciam o que iria constar nos autos. Além disso, as versões destes últimos eram mediadas por um relato confeccionado pelo escrivão, que acabava por traduzi-las para uma linguagem jurídica, de domínio quase exclusivo dos agentes públicos. Por isso, “[...] o sistema de processo penal brasileiro [...] é regido por um código processual que, por meio de seus ritos, acaba por ocultar os sujeitos históricos que, ao contrário, deveriam ser desnudados no decorrer do processo” (SILVA, 2004, p. 50).

Depois de problematizar a estrutura desses processos, o pesquisador procurou mapear os indícios de crimes praticados por essas mulheres transgressoras de Goiânia. Inicialmente, dedicou-se à análise do universo simbólico que envolvia a cidade de Goiânia durante os anos 1930, 1940 e 1950. Na condição de propalada “terra das oportunidades”, “paraíso a ser construído”, “local de expectativas”, Goiânia representava a consolidação da Marcha para o Oeste e acabou atraindo muitas pessoas de vários lugares do país e até estrangeiros. Sendo assim, observou que as “criminosas goianienses” arroladas nos processos selecionados se tratavam, em geral, de mulheres pobres e oriundas de outras regiões de Goiás e do Brasil (até uma de país estrangeiro). Eram mulheres que, em sua maioria, advinham de locais pouco urbanizados ou de regiões em que predominava as atividades agrícolas.

No tocante à “tipologia dos crimes” cometidos por elas, Silva assinalou que a agressão se sobrepôs a outros delitos. Para o historiador, a predominância de crimes de agressão praticados por uma mulher em desfavor de outra pessoa conhecida (em geral do sexo feminino), por motivos de ordem afetiva, acabou revelando uma rede de solidariedade que se formava entre pessoas, as quais, certamente, se aproximavam pelas dificuldades de sobrevivência que lhes eram comuns. No entanto, na medida em que uma das partes rompia os laços de confiança, essa proximidade era desfeita e, em alguns casos, acabava em agressão, indo parar em uma delegacia de polícia. Entretanto, o autor chamou a atenção para o fato de que muitos crimes como estes não eram levados ao conhecimento da autoridade policial, sendo resolvidos entre as partes em âmbito privado.

Silva também inventariou os tipos de armas e/ou instrumentos utilizados nos crimes e as faixas etárias das indiciadas. Concluiu que a maior parte delas se valeu de pedaços de madeira e faca para o delito e que, em sua maioria, eram mulheres de 19 a 26 anos. Em alguns processos, percebeu que as mulheres justificavam suas ações na premissa

de defesa da honra pessoal ou familiar, principalmente nos crimes de agressão motivados por ciúmes do esposo/amasio. Isso também remeteu à questão do estado civil das indiciadas/rés que, geralmente, declaravam-se casadas. Segundo o autor, embora grande parte dessas mulheres nem sequer apresentasse documentação comprobatória sobre seu estado civil, colocar-se na condição de casadas poderia se constituir em uma “[...]” estratégia para dar um pouco mais de credibilidade aos seus depoimentos ou “[...]” uma forma de escapar das constrangedoras colocações dos delegados para com as mulheres não casadas, ou até mesmo tentativa de se enquadrar no perfil de mulher respeitável “[...]” (SILVA, 2004, p. 81).

Outro fato interessante extraído desses crimes foi que as indiciadas/rés não culpavam os homens por estarem se envolvendo com outras mulheres. Para as primeiras, foram as próprias vítimas as responsáveis pelas discórdias, pois se aproximaram de um homem comprometido. Na perspectiva de Silva, isso retomava a imagem de “diabolização das mulheres”, típica do final da Idade Média, pois ao colocar a figura feminina como a responsável pelos conflitos matrimoniais acabou reforçando “[...]” a representação da mulher como provocadora, na medida em que a ‘culpa’ pela traição não é vista como do homem, mas daquela que se interpôs ao casal que, até então, vivia tranquilo” (SILVA, 2004, p. 83).

Quanto ao nível de instrução, em geral, eram mulheres analfabetas, sendo poucas as que sabiam pelo menos ler e escrever. Com relação à ocupação das indiciadas, a maior parte delas declarou ser doméstica, mas havia um considerável número de prostitutas. O autor, por isso, dedicou maior atenção aos discursos e imagens difundidas em torno das transgressoras conhecidas como “decaídas” ou “horizontais”, epítetos que eram dirigidos às prostitutas no interior dos processos. Primeiramente, ele ressaltou que, como uma região de fronteira, Goiânia acabou experimentando a proliferação do fenômeno da prostituição. No contexto dos anos 1940 e 1950, Campinas era o bairro onde os homens iam procurar os prazeres da carne. Apesar do crescimento da prostituição em Goiânia neste período, a população em geral, inclusive os agentes públicos, deixavam claro sua reprovação acerca dessa prática. No bojo dos processos, esses agentes evidenciam a necessidade de o governo tomar providências no sentido de manter “a ordem e os bons costumes” na jovem capital.

O historiador esclareceu que todos esses discursos sobre as mulheres (“horizontais” ou não), contidos nos processos, tratavam-se de discursos masculinos, portanto, eram impressões masculinas sobre atitudes e vivências femininas. O autor afirma, por fim, que, no interior desses processos pesquisados, as falas das transgressoras acabavam passando por vários filtros produzidos pelos “atores e manipuladores jurídicos” (delegados, promotores, advogados e juízes). Ao mediar as versões das transgressoras, das vítimas e

das testemunhas, por meio de uma linguagem jurídica, esses agentes públicos acabavam escamoteando as verdadeiras experiências dessas personagens históricas envolvidas nos processos. Sendo assim, cada agente se valia de um determinado referencial social para emitir seu julgamento de como devia ser o comportamento feminino, geralmente um ideal de feminilidade emoldurado pela imagem da mulher honesta, dedicada à família e que se contrapunha à imagem descrita por eles sobre as mulheres envolvidas nesses processos.

A última investigação que nos debruçamos em relação ao período delimitado (1990 a 2006), foi a da historiadora Lívia Batista Costa (2006), intitulada “Da defesa da honra à defesa da vida: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia”. Pesquisando em vários jornais goianos, notadamente aqueles publicados entre os anos de 1940 e de 1980, Costa observou que, com o surgimento de grupos feministas em Goiânia, por volta da década de 1980, a violência contra a mulher passou a ser discutida na sociedade goianiense como um problema social a ser combatido.

A historiadora analisou a relação existente entre os crimes contra a mulher mais noticiados pela imprensa, nas décadas de 1960 e 1970, e a questão da prostituição na cidade de Goiânia. Assinalou que, com o desenvolvimento urbano e comercial de Goiânia, os prostíbulos foram se proliferando nas regiões residenciais e comerciais. A proximidade desses locais de prostituição com os bairros residenciais fazia com que mulheres pertencentes às famílias que ali residiam, muitas vezes, fossem confundidas com prostitutas nas ruas. Os jornais, constantemente, publicavam não só as reclamações por parte das famílias com relação a essa proximidade com as zonas de meretrício, como também as agressões físicas e verbais praticadas pelas prostitutas em desfavor das pessoas que moravam nas proximidades, além dos crimes cometidos contra as próprias meretrizes.

A autora acentuou que essa tumultuada relação com as prostitutas representava, nas matérias jornalísticas, uma ameaça, sobretudo moral, aos espaços privados das famílias. A desordem provocada pelo meretrício representava uma desordem moral, que ameaçava a honra familiar. As notícias de crime contra a mulher, veiculadas nas décadas de 1950, 60 e 70 apresentavam em seu bojo a preocupação da imprensa e da própria sociedade com a imagem e a honra das famílias goianienses, não propriamente com a vítima. A prostituição, a sedução e o estupro contra mulheres e menores do sexo feminino, eram fenômenos tornados públicos que ameaçavam, moralmente, os espaços privados das famílias. Portanto, no interior dessa sociabilidade, a honra familiar tornou-se uma importante moeda social a ser defendida.

Dentre os crimes contra a mulher mais noticiados pelos jornais, entre as décadas de 1930 e 1970, estavam os de estupro, defloramento e o de sedução. Segundo Costa, no

caso dos delitos sexuais, o significado de honra se ligava à questão da virgindade. Logo, na medida em que a própria família desistia de representar contra o autor ou o próprio judiciário goiano liberava o acusado da punição nos casos de casamento com a vítima, isso demonstrava que, nesses crimes, o princípio moral se sobrepunha à agressão física e psicológica praticada contra a mulher. Sendo assim, era comum, até meados de 1970, que as próprias famílias procurassem reparar a honra perdida das vítimas, estimulando o casamento entre autor e vítima ou através da vingança de cunho privado e, em última instância, buscava-se o auxílio da justiça para que o autor fosse punido.

A historiadora salientou ainda a impunidade que grassava, segundo os jornais da época, em relação aos criminosos que praticavam delitos contra a mulher, especialmente aqueles que tinham alto poder aquisitivo. Costa mantém a perspectiva de que, nesses noticiários, a impunidade era vista como um problema que afrontava a honra das famílias, além de macular a imagem do Estado de Goiás e de sua jovem capital, Goiânia. A criminalidade crescente e a impunidade reinante dos criminosos manchavam a representação construída acerca de Goiânia como a terra das oportunidades, de cidade civilizada, urbe moderna e voltada para o progresso.

Segundo a autora, os jornais, sobretudo os da capital, constituíram-se em locus privilegiados de denúncias e de discussão sobre os principais problemas que ocorriam na cidade de Goiânia. A cobrança das famílias acerca das atribuições do Estado como mantenedor da ordem pública e da segurança dos bairros ficava bem evidente nas reclamações que os leitores enviavam aos jornais e nas reivindicações publicadas pela imprensa. Destarte, os jornais serviram de espaço de mediação entre as famílias e o Estado. Para Costa, alguns jornais não atuaram somente como portadores de informações, mas, notadamente, como “agentes de mediações sociais” que intervieram, ativamente, nas formas de sociabilidade, mediando as relações entre as esferas da família, do Estado, da polícia e da justiça.

Na concepção da historiadora, a atuação do movimento feminista em Goiás, a partir da década de 1980, teve grande influência na forma como a imprensa escrita passou a noticiar os crimes de violência contra a mulher. As matérias de fins dos anos 1970 começaram a enfatizar mais o sujeito (mulher) que sofreu a violência do que propriamente a questão da honra familiar maculada. Além disso, a violência no interior das famílias começava a ganhar espaço de debate na imprensa escrita. Para Costa, foi a partir dos anos 1980 que as mudanças no tocante à abordagem do fenômeno da violência contra a mulher ficaram mais perceptíveis nas linhas editoriais dos periódicos. Os jornais, além de noticiarem os crimes passionais contra as mulheres que ocorriam em Goiânia, começaram

a destinar espaço para o debate acerca das principais causas e origens sociais desse fenômeno. Não por coincidência, foi nesse período que os primeiros grupos feministas e de valorização à mulher¹⁰ surgiram em Goiás. Registrando seus pontos de vistas nos jornais – o que evidenciava a importância destinada ao tema da violência contra a mulher (“agora” na perspectiva das próprias mulheres) – esses grupos demonstraram uma atuação bastante efetiva ao protestarem contra o alto índice de absolvições dos agressores e por alcançarem conquistas frente ao poder público¹¹. Em suma, com o surgimento dos grupos feministas em Goiás houve uma espécie de politização do debate acerca da violência contra a mulher.

A autora constatou ainda que, nos anos 1980, a maioria das notícias referentes aos delitos cometidos contra a mulher relacionava-se a crimes passionais. Esses crimes eram justificados por seus autores a partir de noções românticas como amor, paixão, ciúmes, traição e legítima defesa da honra. A honra das famílias não mais ditava a tônica dos noticiários acerca desses fenômenos, e sim as informações acerca das vítimas de violência, as possíveis razões desse ato delituoso e as prováveis penalidades atribuídas aos autores. Além disso, os periódicos destacavam, constantemente, a impunidade dos criminosos.

Tomado como um problema a ser combatido pelas diferentes esferas institucionais (família, sociedade, Estado), essa violência deixou de ser compreendida no interior de um problema moral. Segundo a pesquisadora, a vítima da violência passou a ser vista pela sociedade e pelos jornais como um ser humano que sofreu impactos físicos e psicológicos, cabendo ao Estado tomar providências para prevenir ou então punir a ocorrência desse fenômeno. A autora concluiu que a transformação dessa violência em um problema social esteve integrada a um conjunto de forças históricas (a problematização do fenômeno da prostituição, dos problemas citadinos, da ameaça a honra das famílias, da falta de ação do Estado e da Justiça e às questões de ordem sentimental) que atuaram, conjuntamente, para que esse fenômeno, em Goiânia, começasse a ser encarado como um problema social a ser combatido.

Analisando essa historiografia voltada para estudos sobre história das mulheres e de gênero, é possível depreender importantes aspectos dessa produção em Goiás. Com relação aos períodos e espaços históricos abarcados, percebeu-se uma predileção por fenômenos históricos ocorridos nos séculos XIX e XX, acontecidos na Cidade de Goiás ou em Goiânia. Inferimos que, em razão do melhor acesso às fontes históricas disponíveis nos arquivos dessas cidades, essas delimitações espaço-temporais foram as mais utilizadas. É

¹⁰ Destaque para o GFE (Grupo Feminista de Estudos) e para o CEVAM (Centro de Valorização da Mulher)

¹¹ Conquistas como a Delegacia Estadual de Defesa da Mulher, a Secretaria Estadual da Condição Feminina e as casas de abrigo para as vítimas de violência doméstica.

incontestemente que, com relação à história do Brasil, quanto mais nos distanciamos no tempo, mais complicada é a tarefa de se localizar fragmentos do passado das mulheres¹², sobretudo aqueles que revelam suas próprias impressões. Não obstante, somente Garcia (2003)¹³ se enveredou por outro tempo e lugar histórico (a baixa Idade Média em Portugal).

Constatou-se ainda que as perspectivas teóricas que guiaram essas diferentes abordagens das experiências femininas do passado reverberaram os próprios caminhos trilhados pela produção historiográfica em Goiás, na passagem da década de 1990 para os anos iniciais do século XXI. Essa trajetória pelas alamedas da história das mulheres foi iniciada por um trabalho dirigido a partir de base teórica marxistas, mas prosseguida por pesquisas de histórias de gênero e das mulheres que se aproximaram dos pressupostos da história cultural. Nesse sentido, do realce destinado aos reflexos das injunções econômicas sobre o trabalho feminino buscou-se, em seguida, evidenciar as formas de resistência e as transgressões femininas, as estratégias de memória, os espaços de solidariedade e sociabilidades femininas. Da proeminência emprestada às “mentalidades”, depois, destinou-se relevo aos “imaginários”, às “representações” construídas sobre e pelas mulheres. Na ânsia de se buscar indícios que revelassem o “avesso do silêncio”¹⁴ e que transpusessem a invisibilidade imposta ao passado das mulheres, recorreu-se, preferencialmente, à abordagem do cotidiano. Enfocando a intersecção entre as esferas pública e privada, ou prestando maior atenção nesta última, recuperaram papéis informais, aclararam situações ordinárias, pincelaram ocasiões excepcionais, tudo na tentativa de se rastrear, neste espaço produtor de história, fragmentos do feminino no passado.

Interpretando as vivências femininas por meio de fontes históricas, essas pesquisas avultaram o trato com os documentos oficiais, os registros cartoriais, as obras literárias, os arquivos privados, a iconografia, os trabalhos memorialísticos, os processos criminais, todavia, lidaram, especialmente, com periódicos e com fontes orais. No trabalho com a história oral, questões relativas à memória ditaram a tônica das reflexões.

O aspecto flamejante nessas pesquisas, por conseguinte, foi o esforço empreendido em diluir certas perspectivas já sedimentadas pela historiografia tradicional e, por conseguinte, descortinar experiências femininas que foram silenciadas ou assentadas às

¹² Na concepção de Perrot (2005, p. 09), existem “[...] muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento”.

¹³ Com relação à Bittar (1997) é importante frisar que, embora esboce a concubina como identidade social ideal-típica da mulher vilaboense do século XVIII, a autora se embasa na historiografia regional e em fontes do século XIX, sobretudo os relatos dos viajantes europeus, para caracterizar esse perfil feminino dos setecentos.

¹⁴ Tomo de empréstimo a expressão contida no título da obra de Parente (2005), “O Averso do Silêncio: Vivências Cotidianas das Mulheres do Século XIX”.

margens da história. Proposições como “dar voz aos esquecidos da história”, “resgatar as mulheres do silêncio”, “desvelar a trajetória silenciada”, “trazer à tona um sujeito histórico negligenciado pela historiografia”, constituíram-se em verdadeiras epígrafes desses trabalhos. Neste mesmo desiderato, as pesquisadoras (e o pesquisador) deitaram seus olhares sobre fenômenos humanos do passado e evidenciaram alguns elementos históricos que, na produção histórica em Goiás, não foram fitados pela historiografia de outrora. Uma delas enxergou mais cumplicidade entre mulheres e homens do que dominação masculina, além de destinar maior visibilidade às “faces de Eva” do que à “devoção mariana”. Outra desvelou um projeto de memória que, ao eclipsar a experiência feminina, contribuiu para silenciar a trajetória das mulheres que participaram de um movimento rebelde essencialmente masculino. Uma terceira apresentou a vida de uma mulher que, na baixa Idade Média em Portugal, não se submeteu às imposições do meio social. Já outro evidenciou que as mulheres não foram somente vítimas, elas também violaram leis. Teve ainda aquela que não só avistou solidariedade e sociabilidades femininas no passado, como também demonstrou que nem todas as mulheres eram tão submissas e frágeis assim e nem se adequaram aos papéis sociais prescritos.

Por derradeiro, é importante assinalar que as pesquisas sobre história das mulheres e de gênero, elaboradas em Goiás, apresentaram, a partir de 2007, outros caminhos historiográficos. Além do arrefecimento da perspectiva regional, em que outras delimitações espaciais sorveram o interesse das(os) historiadoras(es), como, por exemplo, Europa e Caribe, percebeu-se que outros recortes temporais emergiram com intensidade: a Antiguidade e a Idade Média. Agregado a isso, observamos a efervescência de outras temáticas: as representações e o imaginário feminino, as identidades, a homossexualidade, as subjetividades, as sociabilidades e o diálogo com a história política. Mas isso será objeto de análise em um próximo texto.

UNVEILING THE PATHS OF RESEARCH ON THE HISTORY OF WOMEN AND GENDER IN HISTORIOGRAPHIC PRODUCTION IN GOIÁS (1990-2006)

Abstract: This article consists of an analysis of the research on the history of women and gender produced in regional historiography in Goiás between 1996 and 2006. This research analyzes the historiography developed within the Graduate Program in History *Stricto Sensu* the Federal University of Goiás; we developed a dedicated study, specifically to studies on the history of women and gender that were made in the mentioned program. We believe that the importance of this analysis resides in the scrutiny of historical production around a very current theme and great vitality in academic circles.

Keywords: History of Women. Gender. Historiography. Goiás.

Referências

AGE, Mônica de P. Pereira da Silva. **As mulheres parteiras na Cidade de Goyaz (século XIX)**. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, 2003.

BITTAR, Maria José G. **As Três Faces de Eva na Cidade de Goiás**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, 1997.

CARVALHO, Maria M. **A Invenção das “Vivandeiras”: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada**. Dissertação de Mestrado. Goiânia. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, 2001.

COSTA, Livia B. da. **Da Defesa da Honra à Defesa da Vida: uma história da violência contra a mulher na cidade de Goiânia**. Dissertação de Mestrado. Goiânia. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, 2006.

GARCIA, Mayra R. **A Princesa Infanta Joana (1452-1490)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, 2003.

MATOS, Maria Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica (Org.). **Gênero em Debate: Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

MORAES, Maria Lygia Q. d. **Usos e limites da categoria de gênero**. Cadernos Pagu. São Paulo, v. 11, 1998, p. 99-105.

PARENTE, Temis Gomes. **O Averso do Silêncio: Vivências Cotidianas das Mulheres do Século XIX**. Goiânia: Ed. da UFG, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Historicizando o Gênero. In: FERREIRA, Antônio C.; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tania R. de (Org.). **O Historiador e seu Tempo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008, p. 163-188.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

POSSAS, Lídia M. V. Gênero, Mulher e Mulheres: aprimorando ferramentas e retomando narrativas em outro tempo. In: FERREIRA, Antônio C.; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tania R. de (Org.). **O Historiador e seu Tempo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008, p. 189-201.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2005, p. 217-235.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez., 1990.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 39-95.

SOIHET, Raquel. **História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento**. *Cadernos Pagu*. São Paulo, v. 11, 1998, p. 77-87.

SILVA, André C. A. **As fontes judiciais no estudo de mulheres transgressoras em Goiânia (1940-1940)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, 2004.

TOMAZINI, Maria Lúcia V. **Mulher Gari: História e Memória da Força de Trabalho Feminina – Goiânia (1979-1988)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás, 1990.

SOBRE OS AUTORES

Rogério Chaves da Silva é doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente do IFGoiano/Campus Avançado de Hidrolândia.

Ana Carolina Eiras Coelho Soares é doutora em História Política e Cultural pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Recebido em 30/05/2016

Aceito em 17/11/2016